



Relatório Analítico dos Investimentos no 1º Trimestre de 2015

:: GLOSSÁRIO

Informamos algumas definições técnicas que foram apresentadas a seguir, sobre os instrumentos matemáticos e estatísticos que são utilizados neste relatório para a avaliação do risco de seus investimentos, queremos fazer um breve esclarecimento. Classicamente há três tipos de riscos: risco de mercado, risco de liquidez e risco de crédito.

Neste relatório abordaremos apenas o *risco de mercado*, em suas aplicações financeiras no primeiro trimestre de 2015. Ressaltamos que alguns destes instrumentos estão na língua inglesa, demonstrando que também são amplamente utilizados nos mercados internacionais.

VAR (Value-At-Risk)

Ao analisar o perfil de um fundo de investimentos é comum encontrar os limites de risco do fundo calculados pela metodologia do Value at Risk (Valor em Risco) – VaR.

O VaR é uma medida estatística da variação máxima potencial, no valor de uma carteira de investimentos financeiros, dado determinado nível de probabilidade, para um intervalo de tempo predefinido.

Resumidamente, o VaR, responde à seguinte questão: quanto podemos perder, dado x% de probabilidade, para um determinado intervalo de tempo.

Volatilidade

Sensibilidade evidenciada pela cotação de um ativo ou de uma carteira de ativos às variações globais dos mercados financeiros. Indica o grau médio de variação das cotações de um ativo em um determinado período. Ocorre quando a cotação do ativo tem variações frequentes e intensas. A volatilidade é uma medida de risco de mercado.

Medida estatística da variabilidade (Volatilidade) de um conjunto de observações. É uma medida de dispersão muito utilizada, que se baseia nos desvios das observações em relação à média.

O **desvio padrão**, que serve para mostrar o quanto os valores dos quais se extraiu a média são próximos ou distantes da própria média.

Índice de Sharpe

Índice amplamente utilizado por profissionais do mercado financeiro, que relaciona o risco e a rentabilidade envolvidos em determinado investimento, na tentativa de melhor qualificá-lo. O cálculo deste índice leva em consideração a volatilidade e o retorno do fundo acima do benchmark. Quanto maior o retorno e menor o risco, maior será o índice de Sharpe. Pode-se dizer que é um índice complementar à análise da relação risco x retorno, e que deve ser sempre observado pelo gestor de investimentos deste RPPS.

Tracking Error

Tracking Error é uma medida, em percentual de quão aproximadamente um portfólio replica o seu benchmark. O Tracking Error mede o desvio-padrão da diferença entre os retornos do portfólio e os retornos do benchmark. Para um fundo que visa replicar um índice, o tracking error deverá ser tão próximo quanto possível de zero. Para fundos com gestão ativa, o Tracking Error pode ser muito maior.

Alfa

O Alfa mostra a capacidade e habilidade gerencial dos administradores de carteira; com o objetivo de obter retornos superiores àqueles que poderiam ser esperados, dado o nível de risco da carteira de investimentos, pela previsão bem sucedida de preços dos ativos.

Quando o desempenho da carteira de ativos está em equilíbrio com o desempenho da carteira de mercado, $\alpha = 0$. Quando a carteira de ativos tem um desempenho superior à carteira de mercado, obviamente $\alpha > 0$. Caso contrário, $\alpha < 0$.

Produto / Fundo	Retorno (%) mês base - Março / 2015					Taxa de adm.	% S/ PL do Fundo	% s/ carteira	Saldo em Março / 2015	Segmento	Enquadramento Resolução 3.922/2010
	Mês	Ano	3 meses	6 meses	12 meses						
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	0,89%	2,68%	2,68%	5,26%	10,88%	0,20 %	0,00%	13,21%	271.272,20	Renda Fixa	Artigo 7º, Inciso I, Alínea B
BB IMA-B 5 FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP	0,97%	4,15%	4,15%	6,21%	12,61%	0,20 %	0,22%	56,68%	1.163.779,65	Renda Fixa	Artigo 7º, Inciso III, Alínea A
BB FLUXO FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,97%	2,61%	2,61%	5,26%	10,41%	1,00 %	0,04%	24,58%	504.736,54	Renda Fixa	Artigo 7º, Inciso IV, Alínea A
BB PERFIL FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1,04%	2,84%	2,84%	5,77%	11,47%	0,20 %	0,00%	0,04%	763,78	Renda Fixa	Artigo 7º, Inciso IV, Alínea A
PREMIUM FIDC SÊNIOR	1,07%	4,04%	4,04%	7,35%	17,29%	0,25 %	0,09%	5,49%	112.656,64	Renda Fixa	Artigo 7º, Inciso VII, Alínea A
								TOTAL	2.053.208,81		

:: ENQUADRAMENTOS - RESOLUÇÃO 3.922/2010 e POLÍTICA DE INVESTIMENTOS (Março / 2015)

Enquadramento na Resolução 3.922/2010			
Artigo	% PL	Limite	Total do Artigo
Artigo 7º, Inciso I, Alínea B	13,21%	100,00%	271.272,20
Artigo 7º, Inciso III, Alínea A	56,68%	80,00%	1.163.779,65
Artigo 7º, Inciso IV, Alínea A	24,62%	30,00%	505.500,32
Artigo 7º, Inciso VII, Alínea A	5,49%	5,00%	112.656,64
Total Renda Fixa	100,00%	100,00%	2.053.208,81

Enquadramento na Política de Investimentos				
Artigo	% PL	Limite	Total do Artigo	GAP
Artigo 7º, Inciso I, Alínea B	13,21%	95,00%	271.272,20	1.679.276,17
Artigo 7º, Inciso III, Alínea A	56,68%	30,00%	1.163.779,65	-547.817,01
Artigo 7º, Inciso IV, Alínea A	24,62%	30,00%	505.500,32	110.462,32
Artigo 7º, Inciso VI		10,00%		205.320,88
Artigo 7º, Inciso VII, Alínea A	5,49%	5,00%	112.656,64	-9.996,20
Total Renda Fixa	100,00%	170,00%	2.053.208,81	

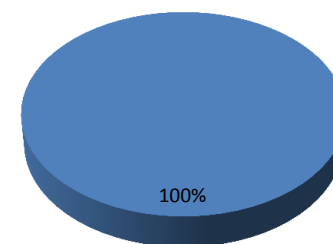
Artigo 8º, Inciso I		10,00%		205.320,88
Artigo 8º, Inciso III		15,00%		307.981,32
Total Renda Variável		25,00%		

:: DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS POR INSTITUIÇÃO E SEGMENTO (Março / 2015)

Fundos de Renda Fixa e Renda Variável		
Instituição	Valor	%
BB Gestão de Recursos DTVM	1.669.279,97	81,30%
Caixa Econômica Federal	271.272,20	13,21%
PETRA	112.656,64	5,49%

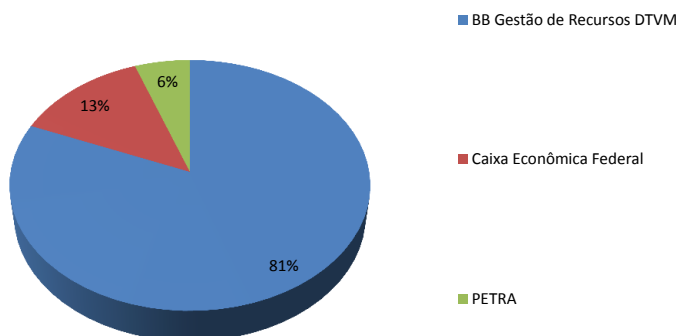
Fundos de Renda Fixa e Renda Variável		
Sub-Segmento	Valor	%
IMA-B 5	1.163.779,65	56,68%
CDI	505.500,32	24,62%
IRF-M 1	271.272,20	13,21%
FIDC	112.656,64	5,49%

Composição da Carteira		
Segmento	Valor	%
Renda Fixa	2.053.208,81	100,00%

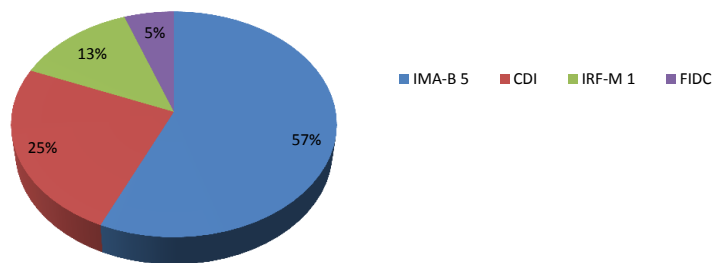


■ Renda Fixa

Administradores



Sub-Segmento



RETORNO FINANCEIRO DOS INVESTIMENTOS APÓS AS MOVIMENTAÇÕES - 1º Trimestre / 2015		Saldo em	Aplicações no	Resgates no	Saldo em	Retorno (\$) no
		Dezembro / 2014	1º Trimestre / 2015	1º Trimestre / 2015	Março / 2015	1º Trimestre / 2015
		2.785.786,29	2.172.994,84	2.976.126,66	2.053.208,81	70.554,34
Ativos de Renda Fixa	Instituições	2.785.786,29	2.172.994,84	2.976.126,66	2.053.208,81	70.554,34
BB IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	BB Gestão de Recursos DTVM	1.131.899,13		1.159.218,19		27.319,06
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	Caixa Econômica Federal	1.200.348,30		947.839,66	271.272,20	18.763,56
BB FLUXO FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	BB Gestão de Recursos DTVM	103.493,05	815.850,28	427.122,42	504.736,54	12.515,63
PREMIUM FIDC SÊNIOR	PETRA	110.565,41		3.387,21	112.656,64	5.478,44
BRADERCO INSTITUCIONAL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA	Banco Bradesco	143.405,18		148.067,33		4.662,15
BB IMA-B 5 FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP	BB Gestão de Recursos DTVM		1.162.840,00		1.163.779,65	939,65
BB PERFIL FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	BB Gestão de Recursos DTVM		194.304,56	194.000,00	763,78	459,22
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	BB Gestão de Recursos DTVM	96.075,22		96.491,85		416,63

:: RETORNO (%) DOS INVESTIMENTOS APÓS AS MOVIMENTAÇÕES - 1º Trimestre / 2015

	Acumulado no 1º Trimestre / 2015	Jan/15	Fev/15	Mar/15
IPCA + 6% a.a. (Meta Atuarial)	5,30%	1,73%	1,64%	1,84%
PREMIUM FIDC SÊNIOR	5,01%	1,45%	1,44%	2,03%
BRDESCO INSTITUCIONAL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA	3,25%	3,25%		
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	2,58%	1,02%	0,68%	0,86%
BB IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	2,41%	3,06%	0,53%	-1,15%
BB FLUXO FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1,89%	0,31%	0,63%	0,94%
BB PERFIL FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1,28%		0,23%	1,04%
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,43%	0,43%		
BB IMA-B 5 FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP	0,08%			0,08%

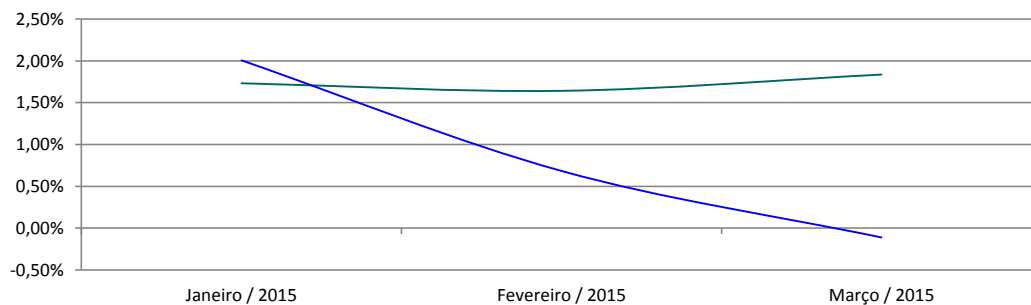
:: RETORNO (%) DOS INVESTIMENTOS APÓS AS MOVIMENTAÇÕES, POR SEGMENTO, ARTIGOS DA RESOLUÇÃO 3.922/2010 E INSTITUIÇÕES - 1º Trimestre / 2015

Renda Fixa	2,59%
Artigo 7º, Inciso I, Alínea B	2,40%
BRADESCO INSTITUCIONAL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA	3,25%
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	2,58%
BB IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	2,41%
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,43%
Artigo 7º, Inciso III, Alínea A	0,08%
BB IMA-B 5 FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP	0,08%
Artigo 7º, Inciso IV, Alínea A	1,89%
BB FLUXO FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1,89%
BB PERFIL FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1,28%
Artigo 7º, Inciso VII, Alínea A	5,01%
PREMIUM FIDC SÊNIOR	5,01%

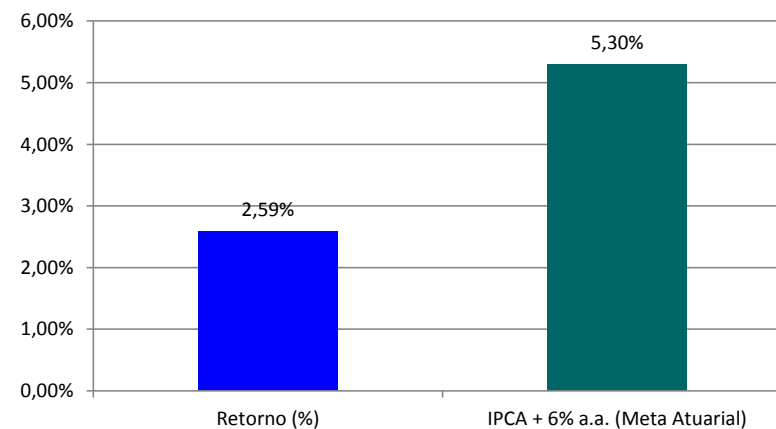
Instituições	
IPCA + 6% a.a. (Meta Atuarial)	5,30%
PETRA	5,01%
Banco Bradesco	3,25%
Caixa Econômica Federal	2,58%
BB Gestão de Recursos DTVM	1,33%

:: RENTABILIDADE DA CARTEIRA APÓS AS MOVIMENTAÇÕES - 1º Trimestre / 2015

Mês	Mês Anterior	Aplicações	Resgates	Mês Atual	Retorno (R\$)	Retorno (%)	IPCA + 6% a.a. (Meta Atuarial)	% Ating Meta
Janeiro / 2015	2.785.786,29	678.991,19	1.027.687,84	2.492.999,73	55.910,09	2,01%	1,73%	115,82%
Fevereiro / 2015	2.492.999,73	331.163,65	694.067,44	2.147.140,23	17.044,29	0,68%	1,64%	41,63%
Março / 2015	2.147.140,23	1.162.840,00	1.254.371,38	2.053.208,81	-2.400,04	-0,11%	1,84%	-6,09%
Acumulado	2.785.786,29	2.172.994,84	2.976.126,66	2.053.208,81	70.554,34	2,59%	5,30%	48,84%



— IPCA + 6% a.a. (Meta Atuarial) — Retorno (%)



:: ANÁLISE DE RISCO - 1º Trimestre / 2015

Ativos	Desvio Padrão	Traking Error	Alfa	Retorno Máximo	Retorno Mínimo	Sharpe	Var
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	0,51%	0,52%	0,35	0,09% 24/02/15	-0,07% 09/03/15	-20,33	0,30%
BB IMA-B 5 FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP	2,03%	2,04%	1,93	0,45% 27/02/15	-0,32% 11/02/15	-2,22	0,72%
BB FLUXO FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,03%	0,06%	-0,02	0,05% 18/03/15	0,04% 15/01/15	-358,43	0,01%
BB PERFIL FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,06%	0,08%	-0,01	0,06% 17/03/15	0,04% 14/01/15	-161,66	0,03%
PREMIUM FIDC SÊNIOR	1,93%	1,93%	0,94	0,17% 06/03/15	-0,86% 16/03/15	-2,57	1,54%

RENTABILIDADE DA CARTEIRA APÓS AS MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS Janeiro / 2015	Saldo em Dezembro / 2014	Aplicações em Janeiro / 2015	Resgates em Janeiro / 2015	Saldo em Janeiro / 2015	Retorno (\$)	Retorno (%)	IPCA + 6% a.a. (Meta Atuarial)
Ativos	2.785.786,29	678.991,19	1.027.687,84	2.492.999,73	55.910,09	2,01%	1,73%
BRADESCO INSTITUCIONAL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA	143.405,18		148.067,33		4.662,15	3,25%	
BB IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1.131.899,13			1.166.536,48	34.637,35	3,06%	
IPCA + 6% a.a. (Meta Atuarial)						1,73%	
PREMIUM FIDC SÊNIOR	110.565,41		1.204,42	110.969,54	1.608,55	1,45%	
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	1.200.348,30		650.839,66	561.693,45	12.184,81	1,02%	
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	96.075,22		96.491,85		416,63	0,43%	
BB FLUXO FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	103.493,05	678.991,19	131.084,58	653.800,26	2.400,60	0,31%	

RENTABILIDADE DA CARTEIRA APÓS AS MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS Fevereiro / 2015	Saldo em Janeiro / 2015	Aplicações em Fevereiro / 2015	Resgates em Fevereiro / 2015	Saldo em Fevereiro / 2015	Retorno (\$)	Retorno (%)	IPCA + 6% a.a. (Meta Atuarial)
Ativos	2.492.999,73	331.163,65	694.067,44	2.147.140,23	17.044,29	0,68%	1,64%
IPCA + 6% a.a. (Meta Atuarial)						1,64%	
PREMIUM FIDC SÊNIOR	110.969,54		1.110,97	111.460,67	1.602,10	1,44%	
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	561.693,45		247.000,00	318.533,72	3.840,27	0,68%	
BB FLUXO FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	653.800,26	136.859,09	251.956,47	543.680,68	4.977,80	0,63%	
BB IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1.166.536,48			1.172.709,27	6.172,79	0,53%	
BB PERFIL FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO		194.304,56	194.000,00	755,89	451,33	0,23%	

RENTABILIDADE DA CARTEIRA APÓS AS MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS Março / 2015	Saldo em Fevereiro / 2015	Aplicações em Março / 2015	Resgates em Março / 2015	Saldo em Março / 2015	Retorno (\$)	Retorno (%)	IPCA + 6% a.a. (Meta Atuarial)
Ativos	2.147.140,23	1.162.840,00	1.254.371,38	2.053.208,81	-2.400,04	-0,11%	1,84%
PREMIUM FIDC SÊNIOR	111.460,67		1.071,82	112.656,64	2.267,79	2,03%	
IPCA + 6% a.a. (Meta Atuarial)						1,84%	
BB PERFIL FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	755,89			763,78	7,89	1,04%	
BB FLUXO FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	543.680,68		44.081,37	504.736,54	5.137,23	0,94%	
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	318.533,72		50.000,00	271.272,20	2.738,48	0,86%	
BB IMA-B 5 FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP		1.162.840,00		1.163.779,65	939,65	0,08%	
BB IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1.172.709,27		1.159.218,19		-13.491,08	-1,15%	

:: INFORMAÇÕES E COMENTÁRIOS

Cenário Global

O mês de março foi marcado pela intensificação da volatilidade nos preços dos ativos financeiros negociados no mercado brasileiro.

No centro das atenções, destaque para a tensão nas relações entre o Congresso e o Executivo. O PMDB entrou em rota de colisão com o Planalto, depois que os nomes de Renan Calheiros, presidente do Senado Federal, e Eduardo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados, figuraram na lista do petrolão elaborada pela Procuradoria Geral da República entre os políticos suspeitos de envolvimento com o esquema de corrupção na Petrobras.

Renan chegou a devolver uma medida provisória ao Planalto e disse que colocaria o veto ao Imposto de Renda em votação, para ser derrubado pelo Legislativo.

Depois, costurou com o Planalto um acordo para manter o veto em troca da edição da medida provisória que concedeu reajuste escalonado para a tabela do imposto.

Desgastado, o Executivo tratou de reforçar a articulação política. A presidente Dilma prometeu convidar membros de sua equipe de outros partidos, como Gilberto Kassab (Cidades), do PSD, Aldo Rebelo (Ciência, Tecnologia e Inovação), do PCdoB, e Eliseu Padilha (Secretaria de Aviação Civil), do PMDB, para as reuniões de coordenação política. Atualmente as reuniões são feitas apenas com ministros petistas.

Ainda assim, a derrota da presidente Dilma Rousseff na votação sobre dívida de estados e municípios, na Câmara dos Deputados, renovou as preocupações com a tensão política entre o PMDB e o Planalto.

Apesar de todas as tensões e dificuldades enfrentadas pelo governo, o rating do Brasil foi mantido em BBB- (com perspectiva estável) pela agência classificadora de riscos internacional Standard & Poor's. Em nota, a agência afirmou que "a manutenção da nota brasileira reflete a expectativa de que o ajuste fiscal em curso terá apoio da presidente Dilma Rousseff e do Congresso Nacional, apesar do cenário político e econômico desafiador".

Por outro lado, a agência de riscos Moody's publicou relatório que deixa a sensação de que o País poderá não escapar de um rebaixamento da sua nota no curto prazo. Segundo a Moody's, a deterioração das condições econômicas e o crescente descontentamento social aumentam a incerteza sobre as perspectivas para o Brasil no curto prazo, "adicionando potencialmente pressão sobre a confiança de empresários e consumidores", os quais já estão em níveis recordes de baixa. Além dos protestos que levaram mais de 1 milhão de brasileiros às ruas no dia 15, a Moody's destacou o resultado das pesquisas que mostram a queda forte da aprovação do governo Dilma Rousseff.

Bolsa

Entre fortes altas e quedas abruptas durante a maior parte do mês, no final o Ibovespa operou perto da estabilidade e fechou março em queda de 0,84%, aos 51.150 pontos, e só não perdeu para o Índice de Fundos de Investimentos Imobiliários (IFIX), que recuou 1,63% no mês. No ano, o principal benchmark da bolsa brasileira acumulou valorização de 2,29%.

Pode-se dizer que os eventos mais observados e que mais tiveram efeito na Bolsa nestes primeiros três meses do ano foram as reuniões do Fomc (Federal Open Market Committee). Dados acima do esperado no número de empregos dos EUA acabaram causando efeito negativo nos nossos mercados, já que criou a expectativa de que o aumento do juro norte americano viesse antes do esperado. Passada a última reunião, realizada em março, o comunicado do comitê acabou por retirar a expressão "paciente" ao se referir ao primeiro aperto monetário dos EUA desde 2006. Em tese, a notícia faria as bolsas caírem e o dólar e as Treasuries (juro americano) subirem, já que indicaria uma elevação dos juros mais cedo,

retirando o apetite de risco do mercado.

O comitê retirou a palavra e ocorreu justamente o contrário. O motivo é que, além da mudança do comunicado, o comitê ainda mostrou que prevê que os juros subam até o ponto médio de 0,625%, ante expectativa de 1,13%. Para 2016, a mediana das projeções também foi reduzida de 2,38% para 1,88%. Isto indica que os juros serão elevados de maneira mais suave do que antes era previsto.

A mudança animou os investidores que foram às compras. A entrada de recursos estrangeiros na bolsa seguiu forte, com investidores se aproveitando da depreciação cambial recente, que deixou os ativos brasileiros mais atrativos em dólares. E foi exatamente a retomada do fluxo positivo que segurou o mercado de ações no mês.

Renda Fixa

No mercado de juros futuros negociados na BM&FBovespa, mais um mês de altos e baixos. As taxas dos DI's deram continuidade ao movimento de avanço, especialmente nos vértices intermediários e longos. Este movimento esteve ligado à cautela com o cenário doméstico, além do avanço do dólar frente ao real.

A decisão do Copom em elevar a taxa Selic para 12,75% ao ano não pesou nos negócios, pois já vinha sendo precificada pelo mercado. Apesar de ter deixado a taxa básica de juros no Brasil no maior patamar desde 2009, não parece ser o fim do ciclo de aperto monetário iniciado em outubro. O comunicado pós reunião mostra que a autoridade monetária segue aberta para novos aumentos na Selic.

A divulgação do IPCA-15 de março, que desacelerou para 1,24% ante 1,33% de fevereiro, trouxe alívio para o mercado de juros nos vértices mais curtos.

Ao término da última sessão regular de março na BM&FBovespa, a taxa do DI para janeiro de 2016 indicava 13,50%, ante 13,03% do fechamento de março. O DI para janeiro de 2017 apontava 13,38, de 12,78% no ajuste de março, e o DI para janeiro de 2021 tinha taxa de 12,94%, ante 12,23% no fechamento de março.

Dentre os investimentos de renda fixa, que têm sua forma de remuneração definida no momento da aplicação, destaque positivo para as NTN-Bs mais curtas, títulos públicos que pagam uma taxa de juro pré-fixada, mais a variação da inflação, medida pelo IPCA.

As NTN-Bs que se mais se beneficiaram foram aquelas com prazo de vencimento mais curtos. A mais rentável foi a NTN-B com vencimento em maio de 2015 (Tesouro IPCA + 2025 - NTN-B Principal), que registrou alta de 1,35% no mês. Por outro lado, a NTN-B com vencimento em maio de 2035 (Tesouro IPCA + 2035 - NTN-B Principal) teve o pior desempenho entre os investimentos de renda fixa: registrou queda de 3,10% no período. As Letras Financeiras do Tesouro (LFT), títulos públicos atrelados à Selic, apresentaram bom resultado no mês, uma vez que a taxa básica de juros se encontra em patamar elevado.

Na família de índices IMA, o IMA-B, que reflete a carteira indexada ao IPCA, apresentou recuo de -0,28%. Enquanto o IMA-B 5, que registra o retorno médio dos títulos de até 5 anos, se destacou e cresceu 1,03%, o IMA-B 5+, carteira de títulos com prazo superior a 5 anos, recuou -1,02% no mês.

Entre os papéis pré-fixados, a carteira de títulos com prazo de até 1 ano (IRF-M 1) valorizou 0,93%, enquanto a com títulos acima de 1 ano (IRF-M 1+) apresentou perda de -0,56%.

Consolidando os resultados da família de índices IMA, o IMA – Geral apresentou crescimento de 0,05% no mês.

INFORMAÇÕES E COMENTÁRIOS

Câmbio

O dólar registrou a maior rentabilidade do balanço de investimentos de março e superou os demais ativos, ao registrar alta de 11,70%. O único ativo que se aproximou do desempenho do dólar foi o ouro, que registrou alta de 10,79% no mesmo período. A alta conjugada destes ativos retratam a busca de investidores por mais segurança diante das incertezas do cenário econômico global.

Até o início de março, o dólar não tinha superado a barreira dos R\$ 3,00 em 2015, mesmo com praticamente todos os especialistas indicando que a moeda iria acima deste patamar neste ano, provavelmente ainda no primeiro semestre. Após encerrar 2014 a R\$ 2,6587 na venda, a divisa já disparou 20% em três meses, registrando no primeiro trimestre seu melhor desempenho ante o real desde 2011.

A moeda americana sobe impulsionada pela piora na confiança na economia brasileira e também pelo cenário externo. O dólar se fortalece diante de outras moedas por conta da fragilidade econômica da Europa e do Japão, que estão injetando bilhões em suas economias. A melhora da economia americana, que segue crescendo, apesar das dificuldades, impulsiona ainda mais o dólar também no Brasil.

Além do cenário internacional, a valorização do dólar ante o real também é pressionada pela instabilidade da política brasileira, em meio os protestos contra o governo, que não tem maioria no Congresso Nacional e enfrenta dificuldades para aprovar o ajuste fiscal necessário para melhorar a atividade econômica.

Também fez preço a notícia de que o Bacen decretou o fim da oferta diária de swaps cambiais que está em vigor desde agosto de 2013. Em comunicado, a autoridade monetária aponta que tal decisão leva em consideração que o programa forneceu volume relevante de proteção cambial aos agentes econômicos. A nota aponta que os contratos que vencem a partir de maio serão renovados integralmente, levando em consideração a demanda pelo instrumento e as condições de mercado.

Perspectiva

Os mercados devem permanecer sensíveis aos desdobramentos das tensões políticas entre o Congresso e o Governo Central.

No comando da articulação política com o Congresso, o chefe da Casa Civil, Aloizio Mercadante, encontra resistência dentro do próprio partido para continuar à frente das relações. Ainda que enfraquecido com a presença de outros ministros nas reuniões de coordenação política, seu nome não é bem recebido junto aos partidos da base aliada. A ponto do ministro da Fazenda, Joaquim Levy, ter que se dirigir pessoalmente ao Senado Federal para defender o pacote econômico e negociar uma trégua.

No radar dos investidores, as atenções estarão voltadas para os depoimentos marcados pela Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI da Petrobrás. Estão previstos os depoimentos de diversos empresários representantes das empresas denunciadas e envolvidas na operação Lava Jato. Dentre eles, o mais aguardado é o depoimento do tesoureiro do PT, João Vaccari Neto.

A inflação segue pressionada. O IPCA de março deve rondar a casa de 1,5%, fazendo com que o índice acumulado no ano chegue próximo a 4,0%. Os reajustes de uma série de preços administrados, como combustível, tarifas de transporte urbano e, principalmente, preços de energia, tem afetado em cheio o grupo “habitação” nos últimos meses. A partir de abril, o impacto tende a se dissipar, mas alguns efeitos secundários devem aparecer em outros preços dentro do grupo. O número de abril deve cair pela metade, mas ainda assim deve ficar acima da média padrão para o quarto mês do ano.

O presente relatório foi elaborado pela Crédito & Mercado Gestão de Valores Mobiliários para o INSTITUTO DE PENSÃO, APOSENTADORIA E BENEFÍCIOS DO MUNICÍPIO DE CORDEIRO, não podendo ser reproduzido ou distribuído por este a qualquer pessoa ou instituição sem a expressa autorização.

As informações contidas neste relatório são consideradas confiáveis na data no qual foi apresentado. Entretanto, não representam por parte da Crédito & Mercado garantia de exatidão das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade das mesmas. As opiniões constantes são fundamentadas em julgamento e estimativas e, portanto, sujeitas à alteração.

Fundos de investimento não constam com a garantia do Administrador do fundo, Gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura do prospecto e regulamento do fundo de investimento.

A próxima reunião do Copom, marcada para 28 e 29 de abril, mostrará o posicionamento de seus membros em relação ao ajuste necessário. Hoje, as apostas estão direcionadas para aumento entre 0,25 e 0,50 ponto percentual, o que levaria a taxa Selic para ao menos 13,00% ao ano.

Neste contexto, mantemos nossa recomendação para a renda fixa, neste momento, no sentido de manter uma carteira posicionada nos vértices mais longos em no máximo 40%, redirecionando recursos para o curto prazo, em ativos indexados ao CDI, IRF-M 1 ou IMA-B 5.

Na renda variável, nossa recomendação é de manter uma exposição reduzida e aguardar uma melhora nos fundamentos que justifique elevar o risco da carteira no curto/médio prazos.

Crédito & Mercado - Gestão de Valores Mobiliários Ltda.